

DOI: <https://doi.org/10.23925/ddem.i3.55716>



Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RESENHA DO LIVRO: PANDEMIA, DIREITO E FRATERNIDADE: UM MUNDO NOVO NASCERÁ¹

REVIEW OF THE BOOK “PANDEMICS, LAW AND FRATERNITY: A NEW
WORLD WILL BE BORN”

Gilmar Siqueira²
Rogério Cangussu Dantas Cachichi³

Título do livro – E-Book: Pandemia, Direito e Fraternidade: Um Mundo Novo Nascerá.
Organizadores: Josiane Rose Petry Veronese, Carlos Augusto Alcântara Machado e
Lafayette Pozzoli.

Editora Asces-Unita, Caruaru, Pernambuco, 2020.

ISBN: 978-65-88213-03-2.

As possíveis relações entre a fraternidade e o direito têm sido discutidas com alguma frequência nos últimos anos, especialmente graças ao impulso dado pela Constituição Federal de 1988 (o princípio da fraternidade apareceu em seu preâmbulo). Hoje já se fala na fraternidade enquanto princípio jurídico, podendo ajudar a compreender o direito (em nível abstrato) e até mesmo a aplicá-lo (em nível concreto).

O livro organizado por Josiane Rose Petry Veronese, Carlos Augusto Alcântara Machado e Lafayette Pozzoli, que veio à luz durante o ano de 2020, oferece uma valiosa

¹ Disponível em: <http://repositorio.asces.edu.br/handle/123456789/172>.

² Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM (2021). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (2017). Temas de pesquisa: Filosofia do Direito; Filosofia da Lei Natural; Método APAC; Ética; Humanismo Cristão; Direito e Literatura; Direito e Fraternidade; Dignidade da pessoa humana. E-mail: gilmarsiqueira126@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-0042-4984>.

³ Doutorando no Programa de Doutorado em Direito da Universidade de Marília – UNIMAR (2020-atual), sob a orientação do Prof.Dr. Jonathan Barros Vita. Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (2019) sob a orientação do Prof.Dr. Lafayette Pozzoli e coorientação do Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa. Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (2011). Ex-Procurador do Município de Cubatão/SP (1999). Ex-Procurador da Fazenda Nacional (2000). Magistrado federal (2002) - Justiça Federal da Seção Judiciária do Paraná. Membro honorário de E-Justicia Latinoamérica (2013). Membro Efetivo da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional (2020). Membro do Comitê Editorial da Sapientia & Iustitia - Revista virtual de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas de la Universidad Católica Sedes Sapientiae - UCSS (Peru). Membro do Conselho Consultivo da Revista IusTech Revista de Derecho & Tecnología - IUSTECH (Peru). rogeriocangussu@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-5125-9018>.

contribuição no debate da fraternidade enquanto princípio jurídico. E o faz ao relacionar esse princípio ao tema que mais tem preocupado todo o mundo desde o início de 2020: a pandemia da Covid-19. Vale citar as palavras dos organizadores na apresentação do livro:

Manifesta-se imperiosa a necessidade de que a Fraternidade inunde a sociedade num todo, pois tem-se visto que além do problema da pandemia em si, revelam-se e somam-se outros impasses: a saúde precária, a fragilização das relações de trabalho a degradação ambiental, o aumento da fome, a violência doméstica... É preciso tomarmos consciência de que todas essas modalidades de violência, exclusão, constituem-se em dívidas fraternas (VERONESE; POZZOLI; MACHADO, 2020, p. 7).

A pandemia da Covid-19, um problema em si mesmo, teve como consequências outros problemas que começaram a afetar as mais diversas estruturas da sociedade: econômicas (abrangendo dificuldades dos empresários e dos trabalhadores), educacionais (o ensino remoto e suas complicações em todos os níveis) e pessoais (o isolamento social somado aos problemas anteriores).

O livro, em seus mais diversos artigos, procurou se ocupar desses problemas e oferecer possíveis soluções. Essas possíveis soluções, por sua vez, emergiram de análises da circunstância presente feitas à luz do princípio da fraternidade. Nesse sentido, o livro todo é um valioso exemplo acadêmico da ampla aplicação desse princípio lembrada no primeiro parágrafo desta resenha: nos níveis abstrato e concreto, ou seja, de compreensão e aplicação do direito.

Os organizadores dividiram a obra em três partes: Pandemia e Fraternidade – Análises Críticas Conceituais (I); Pandemia e Fraternidade – Análises Críticas sobre a Crise Pandêmica de 2020 (II); e Pandemia e Fraternidade – Análises Críticas para um Futuro de Esperança (III). O livro ainda conta com prefácio do Ministro do STJ Reynaldo Soares da Fonseca, posfácio de Maria Giovanna Rigatelli e textos de dois autores convidados: Adriana Cosseddu e Munir Cury.

A divisão do livro obedece a uma importante ordem de discussão do princípio da fraternidade: a primeira parte, sem descuidar a atualidade do tema principal (a pandemia), trata de importantes questões conceituais concernentes ao princípio da fraternidade e, assim, serve de base para as partes seguintes; a segunda parte, por sua vez, entra nas consequências diretas da crise ocasionada pela Covid-19 e propõe o princípio da fraternidade num viés concreto; e, por fim, a terceira parte contém artigos que sugerem a aplicação do princípio da fraternidade já no contexto posterior à pandemia (para mitigar alguns de seus efeitos negativos).

O livro tem um total de trinta e um artigos, além do prefácio e do posfácio. Esses artigos, ordenados conforme se descreveu nos parágrafos precedentes, conseguiram abranger muitos

temas jurídicos relacionados à fraternidade e, ao mesmo tempo, congregar pesquisadores que tratam desse princípio em suas diversas áreas.

Não seria exagero dizer que o livro também foi fraterno em sua organização, posto que reúne pesquisadores com os mais diversos graus acadêmicos: desde alunos da graduação até doutores; todos, claro, interessados na compreensão e aplicação do princípio da fraternidade no direito. Essa integração mesma já é parte do princípio da fraternidade.

Conforme disse o Ministro Reynaldo Soares da Fonseca em seu prefácio ao livro, o princípio da fraternidade pode ser tratado como categoria política com aptidão para refundar a prática democrática (FONSECA, 2020, p. 9). A isso se poderia acrescentar que a crise global ocasionada pela pandemia demanda um olhar cuidadoso sobre os fundamentos da prática democrática; fundamentos que poderiam ser aplicados à luz do princípio da fraternidade. E o livro ora resenhado oferece importantes contribuições para esse debate.